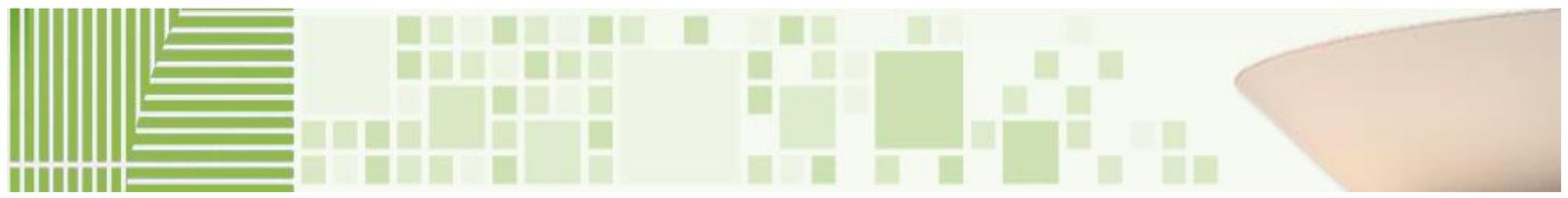




CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2013



SUMÁRIO

MEMBROS DA CDHM	4
CDHM EM NÚMEROS.....	7
EVENTOS.....	9
GRUPO DE TRABALHO – GT CHUMBO	27
PROJETOS APRECIADOS EM 2013	33
PARA CONTATO.....	36

MEMBROS DA CDHM

PRESIDENTE E VICES



*PRESIDENTE:
DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO (PSC/SP)*



*1ª VICE-PRESIDENTE:
DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA (PSC/AC)*



*2ª VICE- PRESIDENTE:
DEPUTADA LILIAM SÁ (PROS/RJ)*



*3º VICE-PRESIDENTE:
DEPUTADO ANDERSON FERREIRA (PR/PE)*

TITULARES



*PEDRO GUERRA
(PSD/PR)*



*KEIKO OTA
(PSB/SP)*



*PASTOR EURICO
(PSB/PE)*



*ENIO BACCI
(PDT/RS)*



*HENRIQUE AFONSO
(PV/AC)*



*SIMPLÍCIO ARAUJO
(SD/MA)*



*OTONIEL LIMA
(PRB/SP)*



*DR. CARLOS ALBERTO
(PMN/RJ)*

SUPLENTES



*JOÃO CAMPOS
(PSDB/GO)*



*WALTER TOSTA
(PSD/MG)*



*JAIR BOLSONARO
(PP/RJ)*



*SEVERINO NINHO
(PSB/PE)*



*MARCOS ROGÉRIO
(PDT/RO)*



*ARNALDO JORDY
(PPS/PA)*



*ROBERTO DE LUCENA
(PV/SP)*



*DR. GRILO
(SD/MG)*



*COSTA FERREIRA
(PSC/MA)*



*TAKAYAMA
(PSC/PR)*



*ZEQUINHA MARINHO
(PSC/PA)*

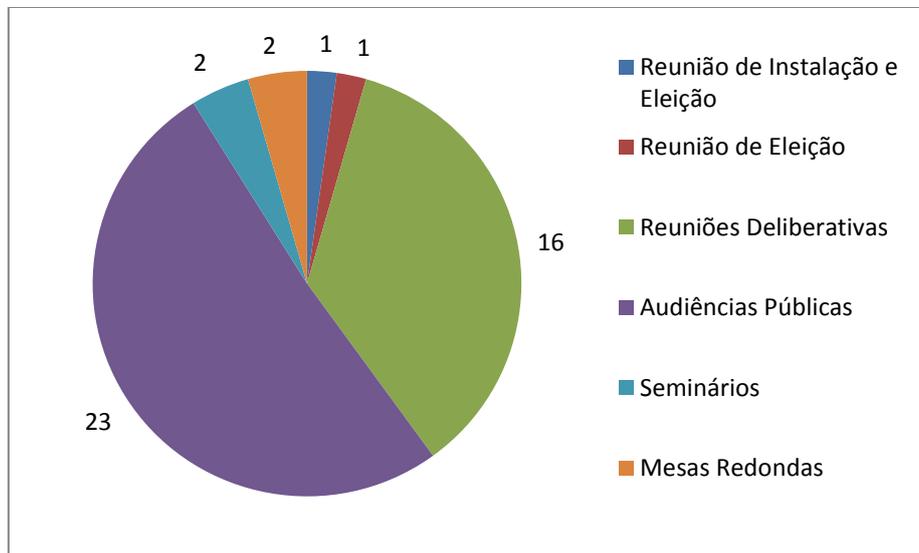


*LOURIVAL MENDES
(PTdoB/MA)*

CDHM EM NÚMEROS

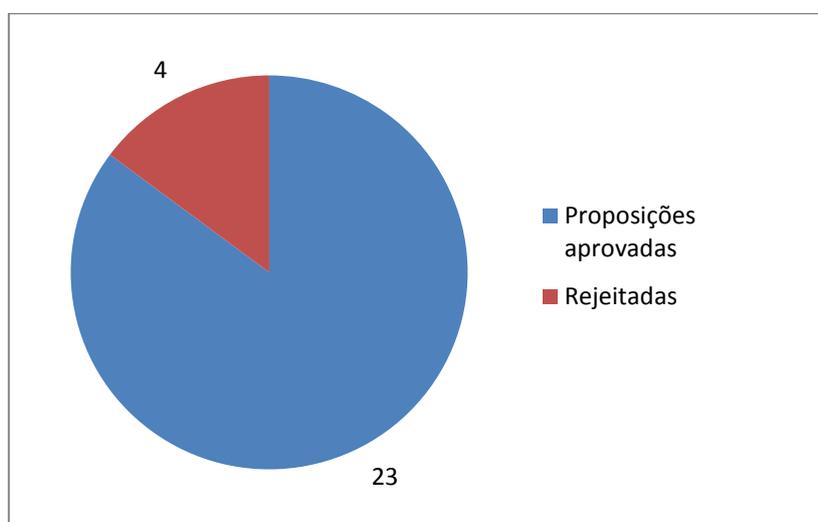
REUNIÕES

<i>Reunião de Instalação e Eleição</i>	1
<i>Reunião de Eleição</i>	1
<i>Reuniões Deliberativas</i>	16
<i>Audiências Públicas</i>	23
<i>Seminários</i>	2
<i>Mesas Redondas</i>	2
Total	45



PROPOSIÇÕES

<i>Proposições aprovadas</i>	23
<i>Rejeitadas</i>	4
Total	27



Obs: Cálculo considera as proposições principais e as apensadas.

EVENTOS

Na Sessão Legislativa de 2013, debates importantes foram realizados pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias em defesa dos direitos de equidade social, visando a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de discriminações. Abaixo segue a relação dos 27 eventos promovidos e, em seguida, o resumo de alguns deles.

AUDIÊNCIA PÚBLICA		
Data	Tema	Autor do Requerimento
20/3/2013	Desafios para garantia de direitos na atenção psicossocial aos portadores de transtorno mental	Dep. Henrique Afonso
27/3/2013	Contaminação por chumbo na cidade de Santo Amaro da Purificação no Estado da Bahia	Dep. Roberto de Lucena
17/4/2013	Ação da Polícia Federal na área indígena Munduruku	Dep. Pastor Eurico
24/4/2013	Política de saúde indígena	Dep. Henrique Afonso
6/6/2013	Instituir o Dia Nacional do Perdão	Dep. Keiko Ota
12/6/2013	Debater as ações, propostas da iniciativa privada e as políticas públicas para a valorização e proteção da família	Dep. Costa Ferreira
19/6/2013	Discutir a situação do Programa Brasil Quilombola	Dep. Anderson Ferreira
25/6/2013	Debater o problema da erotização das nossas crianças através de imagens, de músicas nos meios de comunicações, cartilhas educativas e demais exposições	Dep. Pastor Eurico
3/7/2013	Sistema socioeducativo para menores infratores	Dep. Liliam Sá
10/7/2013	Violação dos direitos humanos do nascituro	Dep. Henrique Afonso
13/8/2013	A Violação de Direitos Humanos pela Ordem dos Advogados do Brasil	Dep. Dr. Grilo
14/8/2013	Debater o PLP 227/2012	Dep. Henrique Afonso

4/9/2013	Esclarecer sobre acusações de tortura, maus tratos e violência de servidores contra o reeducando Wesley Ferreira da Silva	Dep. Antônia Lúcia
25/9/2013	Debater a situação dos assentados do Projeto de Assentamento Presidente Lula, na Br.040, km 139/140, Município de Cristalina-GO	Dep. João Campos
2/10/2013	Discutir a situação e a suposta violação de Direitos Humanos de médicos cubanos participantes do programa governamental denominado "Mais Médicos"	Dep. Marcos Rogério
9/10/2013	Debater a questão de Assédio Moral e Abuso de Autoridade nas Relações de Trabalho no Serviço Público Federal	Dep. Pastor Marco Feliciano
23/10/2013	Debater sobre as ações violentas de grupos mascarados, conhecidos como "Black Blocs", nas manifestações populares por todo o país	Dep. Severino Ninho
6/11/2013	Debater sobre os casos de suicídio de policiais federais e a incidência de assédio moral dos agentes da polícia federal	Dep. Otoniel Lima
13/11/2013	Ouvir as autoridades policiais e judiciárias dos Estados do Pará e do Maranhão sobre a autoria dos assassinatos de crianças na cidade de Altamira/PA entre os anos de 1989 e 1993	Dep. Lourival Mendes
19/11/2013	Situação das populações que vivem em unidades de conservação de proteção integral	Dep. Henrique Afonso
4/12/2013	Discutir o aborto	Dep. Pastor Marco Feliciano
10/12/2013	Debater a possibilidade de implementação da linguagem Braille nas cédulas e moedas emitidas pela Casa da Moeda do Brasil	Dep. Walter Tosta
11/12/2013	Debater a instituição do Dia Nacional do Capelão Evangélico Civil e Militar	Dep. Líliam Sá

SEMINÁRIOS

Data	Tema	Autor do Requerimento
27/8/2013	Redução da Maioridade Penal	Dep. João Campos; Dep. Marcos Rogério; Dep. Roberto de Lucena
26/11/2013	Debater "O caos no atendimento de urgência/emergência no Brasil"	Dep. Arnaldo Jordy

MESA RESONDA		
Data	Tema	Autor do Requerimento
6/12/2013	Apurar os fatos relatados, na CPI de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, pela Senhora Daniele Corrêa de Carvalho, genitora da criança de 3 anos que sofreu violência sexual, as contradições no atendimento inicial e a condução do processo criminal	Dep. Antônia Lúcia
6/12/2013	Esclarecer os fatos lamentáveis que ocorreram sobre o fornecimento de alimentação através de "quentinhas" aos pacientes do setor de hemodiálise do Hospital das Clínicas em Rio Branco/AC, no dia 15/11/2013	Dep. Antônia Lúcia

Audiência Pública com a participação da Comissão de Seguridade Social e Família, realizada em 20/3/2013

A Audiência Pública foi realizada em atendimento aos Requerimentos 2/2013-CDHM, e 293/2013-CSSF, ambos de autoria do Deputado Henrique Afonso, para debater o tema dos ***“Desafios para garantia de direitos na atenção psicossocial aos portadores de transtorno mental”***.

A reunião foi presidida pelo Deputado Henrique Afonso e pela Deputada Rosinha, e teve a participação dos senhores: Aldo Zainen, Assessor da Coordenação de Saúde Mental, Álcool e Drogas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; e Juberty Antônio de Souza, Representante da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Dados do Ministério da Saúde indicam que pelo menos 12% da população brasileira necessita de atendimentos na área da saúde mental e 3% da população sofre de transtornos mentais severos e persistentes. A legislação privilegia a assistência em saúde mental com serviços de base comunitária, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), em substituição aos manicômios.

A Audiência Pública proporcionou um debate sobre o atendimento dos direitos fundamentais das pessoas com transtorno mental, além das lacunas e desafios para a garantia desses direitos.



Fotografia: Alexandra Martins / Câmara dos Deputados

Audiência Pública realizada em 27/3/2013

A Audiência Pública foi realizada a fim de debater a situação da **“Contaminação por chumbo na cidade de Santo Amaro da Purificação no Estado da Bahia”**, objeto do Requerimento 3/2013, do deputado Roberto de Lucena.

Há 40 anos, a população de Santo Amaro da Purificação/BA tem sofrido as consequências da poluição e contaminação por chumbo e cádmio em nível endêmico. A contaminação foi causada pela Companhia Brasileira de Chumbo – COBRAC, que contaminou o município com cerca de 300 mil toneladas de escória (mistura de terra com alta concentração de chumbo).

Entre os prejuízos para a saúde da população, destaca-se a doença chamada saturnismo, que provoca fortes dores, aborto, má formação fetal, impotência sexual e paralisia. Também foram identificados casos de anemia, câncer,

lesões renais, hipertensão arterial, doenças cerebrais e psicomotoras associados à contaminação.

A Mesa foi composta pelos senhores: Letícia Reis de Carvalho, Diretora de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; Guilherme Franco Netto, Diretor do Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde; Sílvio Carlos Andrade da Silva, Auditor Fiscal do Trabalho - Médico do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; Leandro de Almeida Vargas, Procurador Geral de Santo Amaro da Purificação - BA; Adailson Pereira Moura, Presidente da Associação das Vítimas da Contaminação por Chumbo, Cadmio, Mercúrio e Outros Elementos Químicos - AVICCA; e Itanor Neves Carneiro Júnior, advogado.



Fotografia: Alexandra Martins / Câmara dos Deputados

O deputado Pastor Eurico apresentou requerimento propondo a criação de grupo de trabalho para acompanhar os fatos na cidade de Santo Amaro e para proporcionar discussão na Câmara dos Deputados e no Senado Federal sobre a contaminação por metais. O requerimento foi aprovado.

Audiência Pública realizada em 17/4/2013

Em atendimento ao Requerimento nº 21/2013, do Deputado Pastor Eurico, foi realizada audiência pública destinada a debater a “**Ação da Polícia Federal na área indígena Munduruku**”.

Foi exibido vídeo mostrando o momento da ação da Polícia Federal na área indígena Munduruku em novembro de 2012, expondo o histórico dos recentes conflitos indígenas na defesa de suas terras. A ação policial cumpria determinação judicial para destruir balsas usadas na extração de ouro em Mato Grosso. Segundo os relatos, os policiais federais entraram na aldeia Mundukuru atirando e deixaram seis índios gravemente feridos e um morto.

Compuseram a mesa nesta audiência: Natã Munduruku, Cacique da aldeia Teles Pires; Verônica Tavares, Assessora Especial do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; e Felipe Almeida Bogado Leite, Procurador da República em Santarém. Também esteve presente o Procurador da República Fernando Antônio Alves de Oliveira Júnior.

O Deputado Pastor Eurico propôs a criação de um grupo de trabalho para acompanhar as ações da Polícia Federal, junto ao Ministério Público, em terras indígenas.



Fotografia: Luis Macedo/ Câmara dos Deputados

Audiência Pública realizada em 24/4/2013

A Audiência Pública foi destinada a tratar da **Política de Saúde Indígena**, objeto do Requerimento nº 14/2013, do Deputado Henrique Afonso. A Audiência teve por objetivo discutir problemas como a falta de estrutura dos postos de saúde, a falta de medicamentos, a dificuldade de deslocamento e o saneamento básico, entre outros fatores que afetam a saúde indígena.

A mesa foi composta pelos senhores Edmundo Dzuaiwi Omoré - Conselheiro Indígena do Conselho Nacional de Saúde Indígena; e Bushe Matis - Indígena universitário do Vale do Javari - AM.

Houve a exibição do vídeo da campanha “Eu me importo” e os convidados fizeram suas exposições.



Fotografia: Zeca Ribeiro/ Câmara dos Deputados

Audiência Pública realizada em 6/6/2013

Audiência Pública foi destinada a instituir o ***Dia Nacional do Perdão***, objeto do Requerimento nº 37/2013 da Deputada Keiko Ota. A Deputada declara que o perdão proporciona sensação de paz a quem foi prejudicado, descaracteriza o sentimento de vingança e inibe a geração de mais violência.

Foram convidados e participaram dos debates os senhores: Dr. José Carlos de Lucca, Juiz do Juizado Especial Cível e Membro do 5º Colégio Recursal da Comarca de São Paulo; Prof. Carlos Alberto da Silva, Presidente Nacional da Associação dos Jovens da Seicho No Ie do Brasil; e Sr. Geraldo Capetti Sobrinho, Vice-Presidente da Federação Espírita Brasileira. Também esteve presente o Vereador Masataka Ota, da cidade de São Paulo.

Foi exibido um vídeo referente ao sequestro e morte do menino Ives Ota, filho da Deputada Keiko Ota e do Vereador Masataka Ota. Na sequência, a Deputada Keiko Ota ressaltou que sem o perdão não existem justiça, paz, fé e saúde.



Fotografia: Zeca Ribeiro/ Câmara dos Deputados

Audiência Pública realizada em 12/6/2013

Foi realizada audiência pública destinada a “**Debater as ações, as propostas da iniciativa privada e as políticas públicas para a valorização e proteção da família**”, objeto do Requerimento nº 44/2013, do Deputado Costa Ferreira.

Integraram a Mesa: Anselmo Henrique Cordeiro Lopes, Procurador da República no Distrito Federal; Paulo Tominaga, Presidente da Confederação Nacional de Entidades de Família – CNEF; Guilherme Schelb, Procurador Regional da República e Coordenador do Programa Proteger – Combate à Violência e Criminalidade; e Deputada Keiko Ota – Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência.

Na audiência, destacou-se a importância da proteção da família e dos vulneráveis. Também foi abordada a dificuldade de buscar a responsabilização dos autores de violação aos direitos humanos e foi sugerida a expansão dos instrumentos de investigação para as instituições, a fim de melhorar a eficiência na responsabilização dos infratores.



Fotografia: Zeca Ribeiro/ Câmara dos Deputados

Audiência Pública realizada em 19/6/2013

A Audiência Pública foi destinada a “**Debater a situação do Programa Brasil Quilombola**”, objeto do Requerimento nº 46/2013, do Deputado Anderson Ferreira.



Fotografia: Lucio Bernardo Jr./ Câmara dos Deputados

O Presidente convidou para compor a Mesa: Bárbara Oliveira Souza, Diretora de Programas da Secretaria de Políticas para comunidades Tradicionais – SEPPPIR; Edmilton Cerqueira, Coordenador Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário; José Antônio Ventura, representante da Associação dos Remanescentes dos Quilombos das Famílias Oliveira e Ventura – ARQOV; Humberto Adami Santos Júnior, Presidente do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental – IARA; Damião Braga Soares dos Santos, Coordenador da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas; Alexandre Reis, Diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Palmares; e Aurélio Pavão de Farias, Diretor do Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia do Ministério de Minas e Energia – Programa Luz para Todos.

Na audiência, foi sugerida a ampliação das bases dos programas para acompanhamento orçamentário do programa, a análise fidedigna das ações, a promoção da cultura. Mencionou-se a falta de proteção às terras que pertenciam aos negros. Além disso, a falou-se sobre a dificuldade do povo Quilombola em acessar as políticas públicas do Programa Brasil Quilombola e foi requerida a realização de auditoria sobre a execução operacional no Programa Brasil Quilombola. Também foram enfatizadas a importância do acesso à educação para população quilombola, a valorização das minorias e os direitos daqueles que possuem necessidades especiais.

Audiência Pública realizada em 25/6/2013

O problema da **erotização das crianças através de imagens, de músicas nos meios de comunicações, cartilhas educativas e demais exposições**, foi tema de audiência pública realizada em atendimento ao Requerimento nº 50/2013, do Deputado Pastor Eurico, que expôs essa erotização como um grande malefício para as crianças que estão precocemente despertando para as questões sexuais.



Fotografia: Alexandra Martins/ Câmara dos Deputados

A mesa foi composta pelos senhores Guilherme Schelb, Procurador Regional da República e Coordenador do Programa Proteger; Damares Regina Alves, Advogada, Educadora e Coordenadora do Projeto Educacional do Programa Proteger; e Lindinalva Rodrigues Dalla Costa, Promotora de Justiça do Ministério Público do Mato Grosso.

Destacou-se a importância de fiscalizar a execução das políticas públicas brasileiras, no combate à pedofilia e à erotização infantil. Houve apresentação de um vídeo com reportagens acerca da distribuição de cartilhas em escolas, cujo conteúdo era impróprio para crianças e adolescentes. Foi mencionado que a erotização abusiva da infância é um processo que prepara o caminho para aceitação social do sexo com crianças e discutiu-se a naturalidade da violência doméstica, do abuso sexual, da pedofilia e do apelo sensual da publicidade e dos meios de comunicação. Foi sugerida a proposição de uma lei antibaixaria para proteção das crianças.

Audiência Pública realizada em 3/7/2013

A situação do **Sistema Socioeducativo para Menores Infratores**, objeto do Requerimento nº 35/2013, da Deputada Liliam Sá, foi debatido em Audiência Pública com a participação dos senhores: Cláudio Augusto Vieira da Silva, Coordenador-Geral do Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SINASE; Patrick Mariano Gomes, Coordenador-Geral de Análise de Processo Legislativo da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; Guilherme Calmon Nogueira da Gama, Membro do Conselho Nacional de Justiça - CNJ; e Carlos Martheo Cruzoé Guanaes Gomes, Membro Auxiliar da Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

Na audiência, foram abordados os princípios, diretrizes e parâmetros do SINASE, do Estatuto da Criança e Adolescente e a evolução legislativa do tema da criança e adolescente em questões criminais e educativas.



Fotografia: Lucio Bernardo Jr./ Câmara dos Deputados

A falta de políticas públicas e de gestão para melhoria das ações socioeducativas foi mencionada. Enfatizou-se a importância da família na educação das crianças para evitar que se tornem infratores e a necessidade de atuação em conjunto dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para a efetivação das políticas públicas. A necessidade de aprimoramento dos conselhos tutelares, a maioria penal e o elevado número da comunidade carcerária também foram objeto de discussões.

Audiência Pública realizada em 10/7/2013

A violação dos direitos humanos do nascituro foi tema de Audiência Pública em atendimento ao Requerimento nº 45/2013, do Deputado Henrique Afonso. Foram tratados assuntos referentes à proteção de mulheres vítimas de exploração sexual e aspectos constitucionais e jurídicos que tratam da proteção de direitos humanos, especialmente do nascituro, que é protegido pela Constituição Federal. A importância da defesa da vida e da família foi ressaltada.



Fotografia: Zeca Ribeiro/ Câmara dos Deputados

Participaram da Mesa o Padre Paulo Ricardo de Azevedo Júnior, professor e mestre em Direito, e o Deputado João Campos, autor do requerimento de instalação da CPI do aborto na Câmara dos Deputados.

Audiência Pública realizada em 13/8/2013

Realizou-se Audiência Pública destinada ao debate da **“Violação dos direitos humanos pela Ordem dos Advogados do Brasil”**, objeto do Requerimento nº 62/2013, do Deputado Dr. Grilo.

A mesa foi composta pelos senhores: Reynaldo Arantes, Presidente da Organização dos Acadêmicos e Bacharéis do Brasil; Oswaldo Ribeiro Junior, Assessor Jurídico do Conselho Federal da OAB; André Souza, Presidente da Organização Brasileira dos Juristas; Thiago Vilardo Lóes Moreira, Representante da FGV; Carlos Otávio Schneider, Vice-Presidente do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Brasil; César Bitencourt, Advogado; Reginaldo Nunes Barbosa, Advogado; e Antônio Gilberto da Silva.



Fotografia: Zeca Ribeiro/ Câmara dos Deputados

Houve um apelo para que os convidados contribuíssem para reformulação do exame da OAB e manifestações pela preservação da autonomia e independência da banca examinadora. Discutiu-se sobre a necessidade de reforma na legislação que regulamenta as atribuições da OAB, a inexistência de instituição pública que fiscalize a OAB, a competência da Ordem para aferir os conhecimentos dos bacharéis e foram apontadas incoerências encontradas na última prova do exame da OAB.

Audiência Pública realizada em 4/9/2013

A Audiência Pública foi destinada a esclarecer as acusações de tortura, maus tratos e violência de servidores contra o reeducando Wesley Ferreira da Silva, objeto do Requerimento nº 56/2013, da Deputada Antônia Lúcia.

Compareceram à Audiência, na condição de expositores, os senhores: Marlene Rosa, representando o Diretor do Departamento Penitenciário Nacional; Joana d'Arc Valente Santana, advogada Presidente da Organização Universalista dos Direitos Humanos do Acre; e Valdecir Nicácio Lima, Ouvidor do Sistema

Integrado de Segurança Pública do Acre e Presidente do Conselho Penitenciário.



Fotografia: Lucio Bernardo Jr./ Câmara dos Deputados

As agressões sofridas pelo reeducando o deixaram cego e tetraplégico e têm sido investigadas em processo administrativo. A defesa dos direitos humanos e o respeito à dignidade do Wesley devem ser preservadas independente de sua vida pregressa.

Muitas das autoridades convidadas para o esclarecimento do caso não compareceram à audiência.

Sites da internet informam que o reeducando ficou cego e tetraplégico após ser torturado por seis agentes penitenciários do presídio federal de segurança máxima Antônio Amaro Alves.

Audiência Pública realizada em 2/10/2013

A situação dos médicos cubanos no Brasil e a suposta violação dos seus Direitos Humanos no programa governamental “Mais Médicos” foi tema de Audiência Pública realizada nesta Comissão no dia 02/10/2013. A audiência atendeu aos requerimentos nº 66/2013, do Deputado Dr. Grilo e nº 67/2013, do Deputado Marcos Rogério. O objetivo do debate foi discutir se o regime de contratação dos médicos cubanos está de acordo com a legislação trabalhista do país, sobre a remuneração dos médicos, o desnível salarial e a precarização do vínculo empregatício.

Compareceram como expositores: José Armando Fraga Diniz Guerra, Coordenador-Geral da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE, representando a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Roberto Luiz D'Avila, Presidente do Conselho Federal de Medicina; Jorge Darze, Representante da Federação Nacional dos Médicos; e Luis Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho.



Foto: Gabriela Korossy /Câmara dos Deputados

Afirmou-se que eventuais irregularidades nas atuações dos médicos cubanos serão encaminhadas ao Poder Judiciário. Destacou-se que o Conselho Federal de Medicina não poderá fiscalizar a atuação desses médicos porque eles não são jurisdicionados. Também foi apontado que estão acontecendo violações dos direitos humanos dos médicos cubanos porque eles são tratados de forma

diferente dos brasileiros, seus salários são mais baixos e há limitações ao seu direito de ir e vir.

Audiência Pública realizada em 9/10/2013

A CDHM promoveu Audiência Pública para debater o assédio moral e o abuso de autoridade nas relações de trabalho do serviço público federal. Compareceram como debatedores os senhores: Sérgio Ronaldo da Silva, Representante da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF); Dagoberto da Silva Lemos, Diretor de Defesa Profissional do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (SINDIFISCO); Leilane Ribeiro de Oliveira, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal (SINPECPF); Alexey Van Der Broocke, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (SINDITAMARATY); Hélio Saraiva Franca, Corregedor Auxiliar da Corregedoria da Advocacia Geral da União; e Adriane Reis de Araújo, Procuradora Regional do Trabalho.

Destacou-se que inúmeras denúncias de assédio moral e abuso de autoridade nos diversos setores da administração pública são recebidas na CDHM e tratadas com a devida atenção.



Foto: Lucio Bernardo Jr. /Câmara dos Deputados

GRUPO DE TRABALHO – GT CHUMBO

Relatório de Atividades (Sumário-Executivo)

Esta iniciativa da Câmara dos Deputados foi uma resposta ao apelo de vítimas da contaminação por chumbo e outros metais pesados em Santo Amaro da Purificação, na Bahia, resultado da atividade metalúrgica instalada em 1960. A Companhia Brasileira de Chumbo - **COBRAC** processava os minérios explorados na Mina de Boquira.

Em 1993, a **COBRAC** encerrou seus trabalhos em Santo Amaro, sem que tivesse cumprido com suas mínimas responsabilidades de atenção à saúde dos trabalhadores, familiares e população contaminada, e de descontaminação e restauração ambiental. As sérias infrações à legislação ambiental, urbanística, sanitária, trabalhista e previdenciária estão comprovadas nos autos dos processos judiciais em curso sobre a matéria.



Deputado Roberto de Lucena – Relator do GT Chumbo

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDHM da Câmara dos Deputados - CD, atendendo ao pleito das vítimas, em Audiência Pública realizada em 27/3/2013, decidiu criar, em 3/4/2013, o Grupo de Trabalho - **GT**

Chumbo, que teve como objetivo diagnosticar e propor soluções para a grave situação enfrentada há décadas por esses milhares de brasileiros.

O **GT Chumbo**, no âmbito da CDHM, funcionou sob a Relatoria do Deputado Federal Roberto de Lucena (PV/SP), e contou com a colaboração de Consultores Legislativos da Câmara dos Deputados, de membros do Ministério Público Federal, Estadual e do Trabalho, e da Prefeitura Municipal de Santo Amaro, BA, especialmente por sua Procuradoria-Geral e pelas Secretarias de Saúde e de Meio Ambiente.

O Grupo de Trabalho recebeu apoio de vários setores da sociedade civil organizada, de organizações sindicais, de associações de vítimas de contaminação por metais pesados, de pesquisadores e de órgãos públicos dos vários níveis de governo, com atuação nas áreas de promoção da saúde, proteção do meio ambiente, reivindicação de direitos trabalhistas e defesa dos direitos humanos.

Desde o início dos trabalhos do GT, evidenciou-se que a gravidade da situação presente em Santo Amaro extrapolava qualquer possível análise simplista prévia. Os danos causados pela atividade mineradora naquela região respeitam aos mais diversos âmbitos, e ainda se multiplicam nos dias atuais. Ainda hoje, crianças continuam nascendo já vítimas da contaminação, com graves anomalias, inclusive incompatíveis com a vida.

Além disso, a questão trabalhista também permanece em suspenso. Alguns dos acordos firmados com antigos trabalhadores da empresa mostram-se ultrajantes.

A questão que talvez se configure mais grave é o grande passivo ambiental, de proporções inimagináveis. Dados apontam que existem cerca de seis milhões de toneladas de escória de chumbo espalhada por toda a cidade, o que perpetua a contaminação tanto das pessoas quanto do ambiente.



A pesquisa realizada pelo **GT Chumbo** demonstrou que a empresa permanece ativa no Brasil, como resultado de uma série de sucessões empresariais. A Companhia Brasileira de Chumbo - **COBRAC** passou à gestão da **Plumbum** - Mineração e Metalurgia, que mais tarde foi absorvida pela gaúcha **Trevisa Investimentos**, antes **Grupo Trevo** e **Grupo Luxma**.

Restou claro que a situação encontrada na Bahia não se limita apenas àquela região. O grupo ali representado pela COBRAC mantém-se em atuação em diversos outros pontos do território nacional. Como veremos a seguir, a questão estende-se muito além das fronteiras municipais ou mesmo estaduais. Mais que isso, extrapola o próprio território nacional.

O alcance internacional dessa tragédia socioambiental brasileira é claro. As concessões das lavras de Boquirá, na Bahia, e de outras minas operadas pela **Plumbum**, foram transferidas, em 2008, para a **Mineração Cruzeiro**, subsidiária da **Metal Data**, que, no Brasil, representa os interesses da anglo-suíça **Glencore Xstrata**, dentre vários titãs da mineração e da metalurgia, em todo o mundo.

A partir de pesquisas que remontam ao final do Século XIX, na Europa, e ao início do Século XX, no Brasil, vê-se que uma mesma empresa tem conseguido sobreviver a Guerras Mundiais e a intempéries financeiras, e tem se reinventado, à custa de ultrajante rastro de violações de direitos humanos e destruição ambiental.

Trata-se da Sociedade Mineira e Metalúrgica **Peñarroya**, ícone da industrialização europeia, estabelecida na França, em 1881. A **Peñarroya** associou-se, no Brasil, ainda na primeira metade do século passado, ao industrial português Adriano Fagundes Seabra.

A **Plumbum**, de Adriano Seabra, extraía e processava chumbo e outros minérios no Vale do Ribeira, desde os anos 20. Naquele momento, havia especial interesse pela Mina de Panelas, na fronteira do Paraná com o estado de São Paulo, na cidade que viria a se chamar **Adrianópolis**, em sua homenagem.

Adriano Seabra uniu-se à **Peñarroya** para explorarem juntos a Mina de Boquira, na Bahia, e as atividades de metalurgia instaladas na cidade de Santo Amaro, mais próxima do escoamento portuário dos minérios, em Salvador. A empresa, na Bahia, tomou o nome de Companhia Brasileira de Chumbo - **COBRAC**, mas sempre foi e continua sendo a **Plumbum**, hoje parte da **Trevisa Investimentos**.

A **Peñarroya** passou pelo seu pior período nos anos 80, e precisou associar-se à alemã **Preussag**, em 1987, para romper aquela década como **Metaleurop**. A empresa resultado da fusão recuperou-se e passou a se especializar em reciclagem de metais pesados, em parte pela exaustão das reservas, e em parte pelo retorno econômico da reciclagem dos materiais *“que nunca acabam”*.

Essa é uma referência à ótima capacidade de reciclagem do chumbo e de outros metais pesados, feita na página da **Recylex**, sucessora da **Metaleurop**. Por exemplo: 80% do chumbo de baterias usadas pode ser transformado em novas baterias. É o negócio que se faz renovando o ciclo de vida dos materiais.

Em 2007, portanto, a **Metaleurop** transformou-se na **Recylex**, terceira maior produtora de chumbo da Europa. A empresa recicla metais pesados encontrados em baterias industriais e em veículos automotores. Recicla também materiais plásticos e produz metais sofisticados para a demanda de equipamentos de tecnologia da informação. A **Recylex** conta com a participação minoritária da **Glencore Xstrata**, que detém 33% de suas ações.

Atualmente, a **Glencore Xstrata** é a quarta maior empresa do mundo, desde que, em 2/5/2013, completou-se a fusão da inglesa **Glencore Internacional** com a suíça **Xstrata**.

A celebrada negociação alçou os seis principais executivos que a pilotaram ao privilegiado grupo de bilionários. O acordo de fusão alcançou cifras de mais de 40 bilhões de dólares. A **Glencore Xstrata** vale, hoje, cerca de 60 bilhões de dólares. Por essa razão, o mercado começa a tratá-la como *“a maior empresa da qual nunca se ouviu falar”*.

A **Glencore Xstrata** se apresenta, de forma mais modesta, como uma empresa que *“negocia as coisas de que as coisas são feitas*. Sua atuação abrange principalmente recursos naturais, nos ramos de agronegócios, mineração e metalurgia, energia e combustíveis.

Para o **GT Chumbo**, a identificação da cadeia de responsabilidade empresarial vinculada ao passivo socioambiental em análise, no Brasil e em escala internacional, é de fundamental importância para que se dê um passo definitivo em direção à resolução do conflito, que há décadas se arrasta pelos tribunais.

Em levantamento sobre a questão, além de pesquisa histórica, econômica, jurídica e documental, o **GT Chumbo** viajou à Bahia para audiência com centenas de vítimas e seus familiares, advogados e autoridades públicas, visita de campo à metalúrgica desativada, e reunião de trabalho com autoridades municipais, na cidade histórica de Santo Amaro da Purificação, em 2/9/2013.

Durante a viagem à Bahia, o Relator, Deputado Roberto de Lucena, e o Procurador da República no Distrito Federal, Peterson de Paula Pereira, enviado do Procurador Geral da República, reuniram-se com membros do

Ministério Público Federal, Estadual e do Trabalho, e com o Procurador-Geral do Município de Santo Amaro, na sede da Procuradoria da República, em Salvador, no dia 3/9/2013, para discutir possíveis desdobramentos jurídicos da problemática em análise, e para assumir metas de cooperação interinstitucional.

Diante de todo o exposto, tem-se um imenso desafio pela frente: analisar a viabilidade de uma negociação extrajudicial que possa resolver as várias demandas, seja por reparação civil e trabalhista, seja por ressarcimento ao Estado brasileiro pelos muitos investimentos que fez e terá que fazer para tratar seu povo e o meio ambiente contaminados por chumbo e outros metais pesados.

A composição desse conflito de proporções alarmantes do ponto de vista social e ambiental é um objetivo que, neste momento, parece ser alcançável. Os milhões de toneladas de escória de chumbo, despejados de qualquer maneira nas cidades brasileiras por **COBRAC** e **Plumbum** – associadas ao império da **Peñarroya** e suas sucessoras –, que antes eram um rejeito perigoso, um lixo contaminante, hoje se converteram em valioso recurso.

A empresa responsável pela contaminação, com seus vínculos nacionais e internacionais, detém atualmente a tecnologia e os meios para a reciclagem e o reaproveitamento do resíduo poluente. Esse fato é auspicioso, e abre uma importante avenida de negociação.

Mais do que apontar culpados, as vítimas de contaminação por chumbo e outros metais pesados, no Brasil, clamam por reparação, por reconhecimento de que seus direitos como cidadãos e como trabalhadores foram e continuam sendo violados. As vítimas querem justiça, venha de um termo de ajustamento de conduta ou de uma sentença judicial.

O **GT Chumbo**, em sua parceria com o Ministério Público, tem razões para acreditar que um amplo esforço de cooperação internacional e interinstitucional pode convencer essas empresas – gigantes em sua atuação, e também gigantes em seus rastros –, a concretizar, para as vítimas de contaminação por chumbo e outros metais pesados, no Brasil, a justiça que tanto esperam.

PROJETOS APRECIADOS EM 2013

A CDHM aprovou, na Sessão Legislativa de 2013, um total de 23 proposições, sendo 19 Projetos de Lei e 4 Projetos de Decreto Legislativo. Essas propostas tratavam, principalmente, dos direitos de grupos sociais que muitas vezes são discriminados e vitimizados na sociedade, tais como as mulheres, negros, homossexuais, crianças e adolescentes, pessoas com necessidades especiais e indígenas. O compromisso da CDHM com a busca da equidade social refletiu em todo o trabalho da Comissão ao longo de 2013. Muito foi feito, mas ainda há muito mais por fazer.

Segue a relação das proposições aprovadas e rejeitadas pela CDHM em 2013.

PROPOSIÇÕES APROVADAS	
Tipo/Número	Ementa
PDC 232/2011	Dispõe sobre a convocação de plebiscito para decidir sobre a união civil de pessoas do mesmo sexo; respondendo a seguinte questão: "Você é a favor ou contra a união civil de pessoas do mesmo sexo?".
PDC 234/2011	Susta a aplicação do parágrafo único do art. 3º e o art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de Março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual.
PDC 521/2011	Convoca plebiscito sobre o reconhecimento legal da união homossexual como entidade familiar.
PDC 871/2013	Susta os efeitos da Resolução nº 175, de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, que "dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo".
PL 715/1995	Acrescenta artigo à Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, que define crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.
PL 1026/1995	Define como crime a prática de atos resultantes de preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer formas de discriminação, e dá outras providências.
PL 2252/1996	Tipifica como crime a discriminação em entradas de prédios e elevadores pelos motivos que especifica.
PL 5452/2001	Altera a Lei nº 5.473, de 10 de julho de 1968, que "regula o provimento de cargos sujeitos a seleção".

PL 1477/2003	Altera a Lei nº 7.716, de 1989, que define os crimes resultantes de preconceitos de raça e de cor, para nela incluir o preconceito em razão da idade.
PL 6418/2005	Define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.
PL 6573/2006	Dispõe sobre a contravenção de discriminação no uso de elevadores sociais.
PL 987/2007	Altera a redação do art. 20 da Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989.
PL 2325/2007	Altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências.
PL 2665/2007	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.
PL 3100/2008	Altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que "Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências".
PL 6862/2010	Dispõe sobre o disciplinamento da cobrança de contraprestação pecuniária pela utilização de cultivares ou variedades vegetais para a produção agrícola, e dá outras providências.
PL 607/2011	Dispõe sobre a contravenção de discriminação no uso de elevadores sociais.
PL 1411/2011	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.
PL 1959/2011	Altera a redação de dispositivos da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que "define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor".
PL 4690/2012	Determina a maneira por meio da qual deve ser feita alusão a cargos, empregos e funções públicas, inclusive os que sejam providos por meio de sufrágio eleitoral ou se revistam de natureza política, em documentos expedidos por órgãos e entidades da Administração Pública federal direta e indireta.
PL 5855/2013	Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para assegurar o registro público aos prenomes indígenas.
PL 5919/2013	Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.
PL 6240/2013	Acrescenta art. 149-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de desaparecimento forçado de pessoa, e acrescenta inciso VIII ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para considerar esse crime hediondo.

PROPOSIÇÕES REJEITADAS	
Tipo/Número	Ementa
PL 6840/2002	Proíbe a inclusão de cláusulas discriminatórias quanto à orientação sexual do candidato, em editais para a prestação de concursos públicos.
PL 6297/2005	Acresce um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e acresce uma alínea ao inciso I do art. 217 da Lei nº 8.112, de 11 de novembro de 1990, para incluir na situação jurídica de dependente, para fins previdenciários, o companheiro homossexual do segurado e a companheira homossexual da segurada do INSS e o companheiro homossexual do servidor e a companheira homossexual da servidora pública civil da União.
PL 756/2011	Dispõe sobre normas de equidade de gênero e raça, de igualdade das condições de trabalho, de oportunidade e de remuneração no serviço público.
PL 5370/2013	Altera os arts. 14, 15, 16, 17 e 18 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, e os arts. 155 e 157 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e dá outras providências.

PARA CONTATO

Câmara dos Deputados

Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, Sala 185

Praça dos Três Poderes – CEP 70160-900

Brasília – DF

Telefone: (61) 3216-6570 - Fax: (61) 3216-6580

E-mail: cdhm@camara.leg.br

Site: www.camara.leg.br/cdhm